



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG
CURSO DE GEOGRAFIA

GUSTAVO FÉLIX DO NASCIMENTO

**PERIFERIA E EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADE
PEQUENA: o caso do Conjunto Habitacional Santa Ana, Município de
Alagoa Nova-PB**

Campina Grande- PB

2020

GUSTAVO FÉLIX DO NASCIMENTO

**PERIFERIA E EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADE
PEQUENA: o caso do Conjunto Habitacional Santa Ana, Município de
Alagoa Nova-PB**

Artigo Apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em cumprimento as exigências para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz.

Campina Grande- PB

2020

GUSTAVO FÉLIX DO NASCIMENTO

PERIFERIA E EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADE PEQUENA: o caso do Conjunto Habitacional Santa Ana, Município de Alagoa Nova-PB

Artigo apresentado e aprovado em ____/____/ 2020 como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Geografia, Unidade Acadêmica de Geografia – UAG, Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz
Orientador

Profa. Dr. Juliana Nobrega de Almeida
Examinador Externo

Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho
Examinador Interno

Campina Grande
2020

NASCIMENTO, Gustavo Felix do. **PERIFERIA E EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADE PEQUENA:** o caso do Conjunto Habitacional Santa Ana, Município de Alagoa Nova-PB. Trabalho de Conclusão de curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2020.

RESUMO

O presente artigo é resultado de um estudo realizado no município de Alagoa Nova, Estado da Paraíba. Esta pesquisa teve como objetivo analisar as condições habitacionais e identificar os problemas urbanos e socioeconômicos no Conjunto Habitacional Santa Ana, localizado no supracitado município. Por meio de pesquisa bibliográfica na área de Geografia Urbana, além de observações de campo *in loco*, bem como aplicação de entrevistas realizadas com os moradores do mencionado conjunto, buscou-se compreender as consequências da segregação sócioespacial, no que toca à qualidade de vida de seus moradores. Contudo, a análise apresentada proporciona reflexões sobre questões socioeconômicas, planejamento urbano, periferia e habitação, visto que, a partir dos resultados deste estudo, constatou-se que o referido Conjunto carece de infraestrutura, de saneamento básico, entre outros problemas, caracterizando-se como um espaço carente de políticas públicas inclusivas e cidadãs.

Palavras chave: Periferia. Habitação. Conjunto Santa Ana. Alagoa Nova.

ABSTRACT

This paper is the result of a study conducted in the city of Alagoa Nova, State of Paraíba. This research aimed to analyze housing estate and identifying urban and socioeconomic problems in Santa Ana Housing Estate where is located in the aforesaid city. Through bibliographical research in the area of Urban Geography, besides observations *in loco*, as well as the application of interviews with the residents of the aforesaid housing estate, we have sought to understand the consequences of socio-spatial segregation regarding to the quality of life of the residents. However, the analysis presented provides reflections on socioeconomic issues, urban planning, slum and housing, since, based on the results of this study, it was noticed that the aforesaid housing estate lacks infrastructure, basic sanitation, among others problems. It is characterized as a space lacking public policies for inclusion and citizenship.

Keywords: Slum. Housing. Santa Ana Housing Estate. Alagoa Nova.

1. INTRODUÇÃO

A segregação socioespacial é antiga e abrange uma grande parte do processo de urbanização das cidades. Tal processo atinge parcela ampla das cidades brasileiras, seja pela disparidade econômica, diferença de crenças e etnias, entre outros aspectos. Esses fatores agregados a outras problemáticas, como: questões políticas, falta de planejamento urbano, levam as pessoas a morar em locais periféricos, menos atraentes, sem infraestrutura, sendo assim excluídos de vários espaços da cidade.

A periferia é caracterizada em muitos casos pela localização espacial, como área que circunda o centro de um aglomerado urbano. As periferias surgem nas cidades capitalistas a partir do uso diferenciado e desigual do solo, sendo produto da desconformidade social e econômica. A moradia digna é reconhecida como direito humano, porém por muitas vezes esse direito não é garantido, levando muitas famílias a ocuparem espaços insalubres e sem as devidas condições básicas.

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar as condições de moradia do Conjunto Habitacional Santa Ana, localizado no município de Alagoa Nova, assim como, identificar os problemas urbanos e socioeconômicos dos moradores do referido conjunto.

Para a realização desta pesquisa, seguimos três etapas metodológicas: na primeira etapa, que teve como foco a pesquisa bibliográfica e análise teórica, foi aplicada para a elaboração do referencial teórico; na segunda etapa, realizou-se a pesquisa de campo. Nesta fase, foi feita coleta de dados por meio de entrevistas aplicadas com os moradores da área de estudo; e a terceira etapa, que foi a fase caracterizada pela interpretação dos dados coletados e pela análise das entrevistas.

Considerando essas etapas, o trabalho desenvolve-se em uma base teórica, pautada, principalmente, em torno da discussão sobre periferia urbana e exclusão sócioespacial na cidade capitalista, como também uma breve introdução dos dados geográficos e socioeconômicos do município de Alagoa Nova, e por fim, a situação sócioespacial atual do Conjunto Habitacional Santa Ana.

A cidade de Alagoa Nova está localizada no Brejo Paraibano. Com uma distância de aproximadamente 158,6 km de João Pessoa, capital da Paraíba. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a cidade possui uma área territorial de 128,230 km² e uma população estimada no ano de 2019 de aproximadamente 20.921 habitantes.

Característica das grandes metrópoles, o processo de periferização também é realidade sócioespacial em pequenas cidades, como é o caso do Conjunto Habitacional Santa Ana, localizado no município de Alagoa Nova. A periferia apresenta peculiaridade, no que se refere à qualidade de vida dos indivíduos que ali residem. Ao analisar as condições da habitação do mencionado conjunto, ficou evidente à falta de condições mínimas de uma habitação mais humana, com ausências de benefícios essenciais para o bem estar e para o desenvolvimento social.

Em Alagoa Nova, como em outras cidades, a expansão urbana não foi algo planejado pelo poder público, um exemplo é o caso do conjunto habitacional, objeto desta pesquisa. Por essa razão, esta pesquisa se fez também necessária para compreendermos a configuração sócioespacial das cidades pequenas na atualidade. Portanto, o presente estudo, que constitui uma pesquisa na área de geografia urbana, com cunho social-crítico, visou discutir a temática da exclusão sócioespacial, da questão habitacional e da periferia urbana. Após análise dos dados obtidos, ficou perceptível a ausência dos poderes públicos locais na garantia de uma moradia digna e humana para as cidadãs e os cidadãos consultados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

2.1 Periferia e exclusão sócioespacial na cidade capitalista

A cidade é produto e condição de reprodução de uma sociedade. Sua estruturação física em diferentes bairros ricos e pobres, setores urbanos salubres e insalubres, apropriações da natureza, centros e periferias são a manifestação das relações socioeconômicas, do acesso desigual aos meios e condições de produção e de trabalho, historicamente determinadas (BRAGA; CARVALHO, 2004).

Segundo Silva (2014), o capitalismo enquanto sistema socioeconômico predominante no mundo ocidental contemporâneo acabou impondo novas características às cidades. As cidades tornaram-se centro da produção do capital, assim como também espaços de circulação de mercadorias. Os espaços urbanos da atualidade ainda estão submetidos a um ditame de cunho capitalista, ou seja, a cidade enquanto ator social, econômico e político, possuem mais do que nunca, a pura necessidade de se encaixar na economia global. Nessa perspectiva, o atual processo de globalização acabou por puxar as cidades, embora de forma desigual, ao novo cenário econômico mundial.

De acordo com Carlos (2019, p.32), refletir, hoje, sobre a cidade no Brasil significa pensá-la enquanto materialização do processo de “urbanização dependente”, em que as

contradições emergem de modo mais gritante, e a acumulação da riqueza que caminha com a miséria, leva a um tipo de reivindicação diferenciada, se comparada aquelas emergentes nos países ditos desenvolvidos. Aqui ainda se trava uma árdua luta por condições mínimas de vida, por direitos básicos já amplamente conquistados naqueles países.

Hoje a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista. Na cidade, a separação homem-natureza, a atomização das relações e das desigualdades sociais se mostra de forma eloquente (CARLOS, 2019, p.25).

O principal elemento que salta aos olhos quando paramos para observar a cidade é a heterogeneidade entre os modos de vida, formas de morar, uso dos terrenos da cidade por várias atividades econômicas. Os contrastes podem chocar (CARLOS, 2019 p.22).

O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social.

O processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. Portanto, a cidade aparece como produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere as formas mais amplas da vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes. (CARLOS 2019, p.23).

Abordar a questão da funcionalidade das cidades no mundo contemporâneo é também atentarmos os olhares para as questões que giram em torno da desigualdade e exclusão social, pobreza e a violência generalizada. Partido dessa análise intrínseca entre cidade moderna e fenômeno social pode cair na seara analítica a cerca de um fenômeno antigo, que nos remete ainda as cidades industriais do século XIX, mas que só veio a se tornar mais explícita e perversa com novos efeitos para as camadas sociais urbanas: segregação sócioespacial (SILVA, 2014).

De acordo com Souza (2019, p.66), o fenômeno de segregação residencial é, sem dúvida, muito geral ao longo da história da urbanização. Quase sempre existiram grupos que, devido à sua pobreza, à sua etnia ou a outro fator eram forçados a viverem em certas áreas, geralmente as menos atraentes e bonitas, menos dotadas de infraestruturas, mais insalubres, etc.

Roitman (2003) *apud* Negri (2008) pondera que a segregação aumenta as diferenças e divisões sociais, reduz as oportunidades de trabalho e aumenta a vulnerabilidade social. Não se trata somente de separação de outros grupos sociais, mas,

também, de recursos e serviços (empregos, serviços sociais, infraestrutura, etc.) e, neste sentido, a segregação espacial pode conduzir à exclusão social.

Em uma cidade capitalista, especialmente se situada em um país com profundas desigualdades sociais e econômicas, o quadro é muito diverso: a segregação está entrelaçada com disparidades estruturais na distribuição da riqueza socialmente gerada e do poder. (SOUZA, 2019, p.84).

A segregação sócioespacial age diretamente nas possibilidades de exercício da cidadania, com efeito, as desigualdades existentes refletem-se no acesso às políticas públicas, em razão de sua localização espacial, da renda monetária e o bem-estar-social. (NEGRI, 2008). Ainda sobre pobreza urbana e segregação, comenta Souza (2019):

À pobreza urbana e à segregação residencial podem ser acrescentados outros problemas, não raro intimamente associados, um deles é o da degradação ambiental, em relação à qual, aliás, se percebe, uma interação entre problemas sociais e impactos ambientais. (SOUZA, 2019, p.84).

A segregação sócioespacial é um problema presente no Brasil e esse, decorre das relações capitalistas, visto que o desenvolvimento econômico bem como os avanços políticos e sociais ocorreu de forma desigual entre as regiões brasileiras, o que propiciou o surgimento das desigualdades nos mais diversos contextos. (SILVA *et. al.* 2016).

Segundo Silva (2014), o conceito de espaços segregados se refere a ambientes detentores de altos índices de problemas sócioestruturais em virtude da exclusão do capital e do Estado, onde a população local não está inserida no escopo dos espaços políticos.

A segregação sócioespacial corresponde à separação espacial em diferentes áreas do território urbano. Desse modo, a segregação do espaço está diretamente atrelada aos aspectos históricos, culturais e econômicos, o que pode ser intensificado devido ao fato das massas populacionais que se caracterizam como vítimas desse processo não possuem pleno acesso às ferramentas capazes de contornar essa realidade (SILVA *et. al.* 2016).

No Brasil, diversamente, a segregação afeta uma enorme parcela, não raro a maioria da população de uma cidade, a qual mora em favelas, em loteamentos de periferia ou em becos e cortiços. Não se trata, nessa situação, da segregação de um grupo específico, por razões fortemente étnicas ou culturais, embora a correlação entre pobreza e etnicidade seja forte; o que se tem é uma situação na qual os pobres são induzidos, por baixo poder aquisitivo, a residirem em locais afastados do centro e das eventuais amenidades naturais e/ou desprezados pelos moradores mais abastados. (SOUZA, 2019, p.69).

De acordo com Negri (2008), morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em

nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital. Para Silva (2016):

Muitas vezes, quando nos referimos à periferia nos remetemos logo a uma área falha, com infraestrutura pobre, com uma comunidade necessitada de muitos serviços sociais, mas, nem sempre é assim. Quando nos referimos de fato a uma camada pobre da sociedade, com certeza imaginamos suas condições de moradia precária. Então, com a busca insistente por uma moradia digna podemos relacionar diretamente a questão da cidadania, uma vez que a cidadania como direito de todo ser humano inclui direito a uma moradia digna. Trata-se de um direito humano fundamental, que deveria ser para todos, mas infelizmente há um número alarmante de cidadãos brasileiros que ainda sofrem com ausências de políticas públicas para o setor habitacional. (SILVA, 2016, p.6)

A cidadania é um direito garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (2020).

CAPÍTULO II: DOS DIREITOS SOCIAIS: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A cidadania consiste num conjunto indissociável de direitos e deveres do indivíduo, perante o Estado e a sociedade, os quais caracterizam a democracia. A cidadania se fundamenta nos princípios da lei e da igualdade: todos são iguais perante a lei e todos têm o direito de participar, direta ou indiretamente, do processo de elaboração dessas mesmas leis (BRAGA; CARVALHO, 2004).

De acordo com MARES (2013), a existência de um espaço periférico pobre, tão marcante na realidade brasileira, evidencia o quão desigual se mostra a produção do espaço urbano das nossas cidades, onde as desigualdades (socioeconômicas, políticas, culturais) cada vez mais se profundam, revelando as precariedades e ausências a que grande parte da população é submetida.

Segundo ainda Mares (2013) *apud* Santos e Serpa (2001), percebe-se que é na periferia que se dá a reprodução sócioespaciais da população pobre, que passa a ocupar uma determinada área desprovida de infraestrutura e serviços básicos e que pode tanto estar próximo a um centro ou mesmo distante dele, se diferenciando das demais áreas da cidade pela precariedade nas condições sócioespaciais.

É sabido que o surgimento e a formação da periferia se deram motivados pelo intenso processo de urbanização e expansão da malha urbana, que se associam ainda a processos de segregação sócioespacial (MARES, 2013).

Novamente de acordo Mares (2013), com as dificuldades em se conseguir um pedaço de chão na cidade, muitos grupos sociais desfavorecidos procuram outros espaços para ao menos manter a sua sobrevivência, ocupando lugares e construindo resistências frente à dominação dos agentes do poder, transformando a cidade num espaço de lutas (desigual) entre classes na disputa pelas melhores localizações.

Quando se fala sobre o direito à moradia, não se refere apenas a uma “casa” para residir, mas a série de fatores necessários à sobrevivência humana, como: saneamento básico, ruas calçadas e/ou asfaltadas, água encanada, área de lazer, entre outros elementos. Tais elementos são condições materiais mínimas para uma vivência humana digna (SILVA, 2016, p.7).

3. PERIFERIA E EXCLUSÃO SÓCIOESPACIAL NO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA

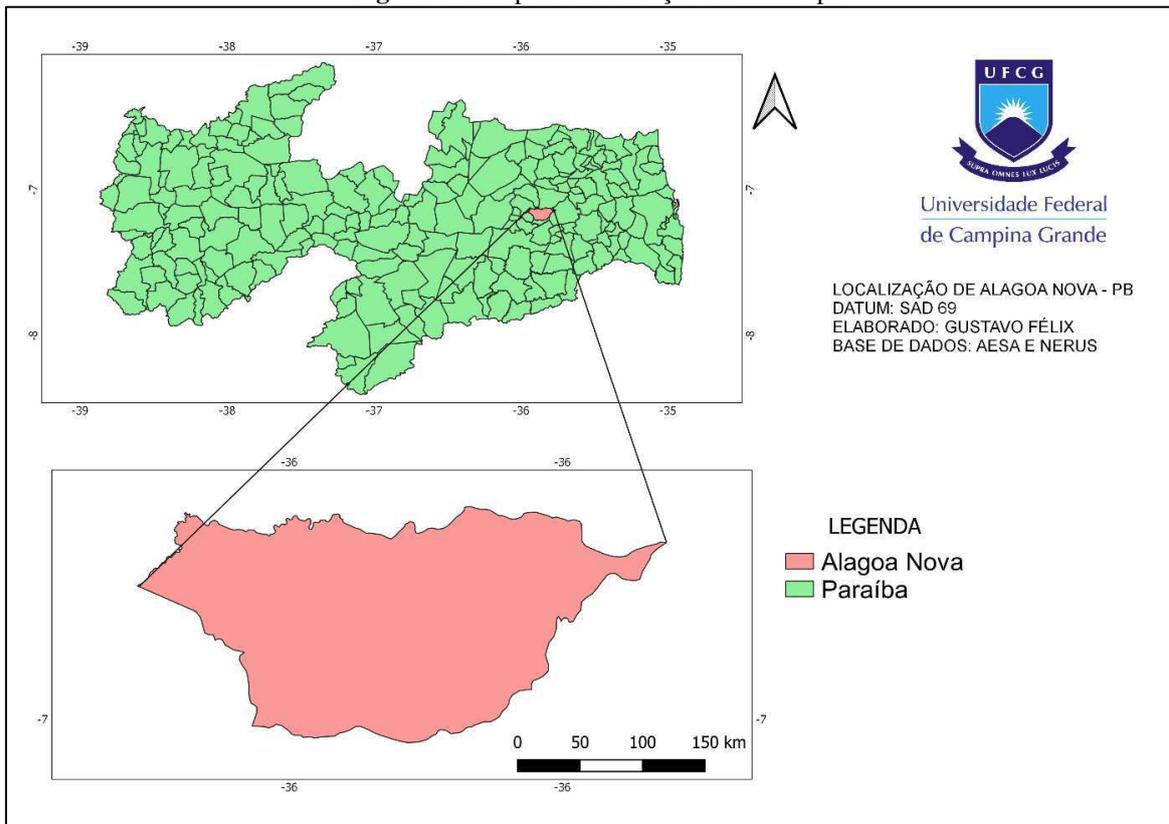
3.1 O Município de Alagoa Nova: dados geográficos e socioeconômicos

Alagoa Nova¹, Município do Estado da Paraíba, está inserida na Unidade Geoambiental do Planalto da Borborema, na Microrregião do Brejo Paraibano, como pode ser visto na Figura 1, a 7°06'30" de latitude Sul e 35°45'00" de longitude Oeste. Limita-se entre os municípios de Areia, Esperança e Remígio, ao Norte; Matinhas, ao Sul; Alagoa Grande, a Leste e São Sebastião de Lagoa de Roça, a Oeste e, distante 148 km da capital João Pessoa. (SILVA, 2017).

De acordo com o IBGE (2020), apresenta uma população estimada em 20.921 habitantes e possui uma área territorial de 128,230 km², com uma densidade demográfica de 160,98 hab./km².

¹ No ano de 1837 O distrito foi criado com a denominação de Alagoa Nova, pela lei provincial nº 6, subordinado ao município de Campina Grande. Foi elevado à categoria de vila com a denominação de Alagoa Nova, pela lei provincial nº 10, de 5 de setembro de 1850, desmembrado de Campina Grande, com sede no núcleo de Alagoa Nova. Em 5 de junho de 1900, foi extinta a vila de Alagoa Nova. Foi novamente elevado à categoria de município com a denominação de Alagoa Nova, pela lei nº 215, de 10 de novembro de 1904. (PREFEITURA MUNICIPAL, 2020)

Figura 01: Mapa de localização do Município



De acordo com o IBGE no ano de 2018, o município apresentava 2.212 pessoas ocupadas, com 51,8% da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. Ainda no mesmo ano, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 10,7%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 200 de 223 e 49 de 223 respectivamente.

Devido a sua localização, como citado anteriormente, o município de Alagoa Nova apresenta o clima Tropical quente e úmido, e está a barlavento, fazendo com que a cidade apresente médias pluviométricas anual de 1.317,4mm e temperaturas médias anuais de 22,9 °C. Com essas características a cidade possui os tipos de solos propícios para o desenvolvimento da agricultura, sobretudo agricultura familiar, assim a tornando a principal atividade econômica da cidade, com destaque para a produção de laranja, banana, cana-de- açúcar, batata doce, hortaliças, entre outros. Como afirmam Brito e Nascimento (2019), ao constatarem que a economia deste município é basicamente concentrada na agricultura familiar, devido ao baixo grau de desenvolvimento industrial, limitando-se a alguns engenhos e uma unidade fabril da empresa de sandálias do Grupo Alpargatas-SA.

A empresa Alpargatas, que é uma das maiores empresas calçadista do Brasil com atuação no mercado nacional e conjuntamente no mercado internacional, foi instalada na cidade no ano de 2000, há 20 anos vem concedendo oportunidades e gerando emprego e renda para o município. Atualmente emprega cerca de 770 funcionários de forma direta, com isso tornando uma das principais fonte de renda pra Alagoa Nova, juntamente com a prefeitura municipal, que segundo o SAGRES (2020) tem uma folha pessoal de 657 funcionários divididos em inativos, efetivos, eletivo, comissionado e contratação por interesse público, tornando-a responsável por uma grande quantidade de geração de empregos.

O comércio local é caracterizado pela variedade de estabelecimentos no qual a maioria está localizada no centro da cidade, onde se encontra o Mercado Central e os maiores mercados e lojas, são em sua maioria de pequenos e médios empresários locais, alguns bastantes tradicionais na cidade, todavia o comércio local não está no nível de se comparar com alguns grandes centros de compras de outras cidades, porém está ganhando forças nos últimos anos e é um dos setores que mais empregam na cidade, mesmo que na sua maioria sejam trabalhos informais com salários pouco atrativos.

Atualmente o município se destaca em todo o Estado da Paraíba na produção de hortaliças, que é produzida desde o pequeno agricultor até grandes produtores, em especial a empresa Hortaliças Sempre Verde que foi fundada no ano de 2003, e há 17 anos vem dando “oportunidades” para os trabalhadores locais. Até a realização desta pesquisa, esta empresa empregava em entorno de 500 funcionários, produzindo e fornecendo produtos para vários municípios paraibanos e municípios de Estados vizinhos.

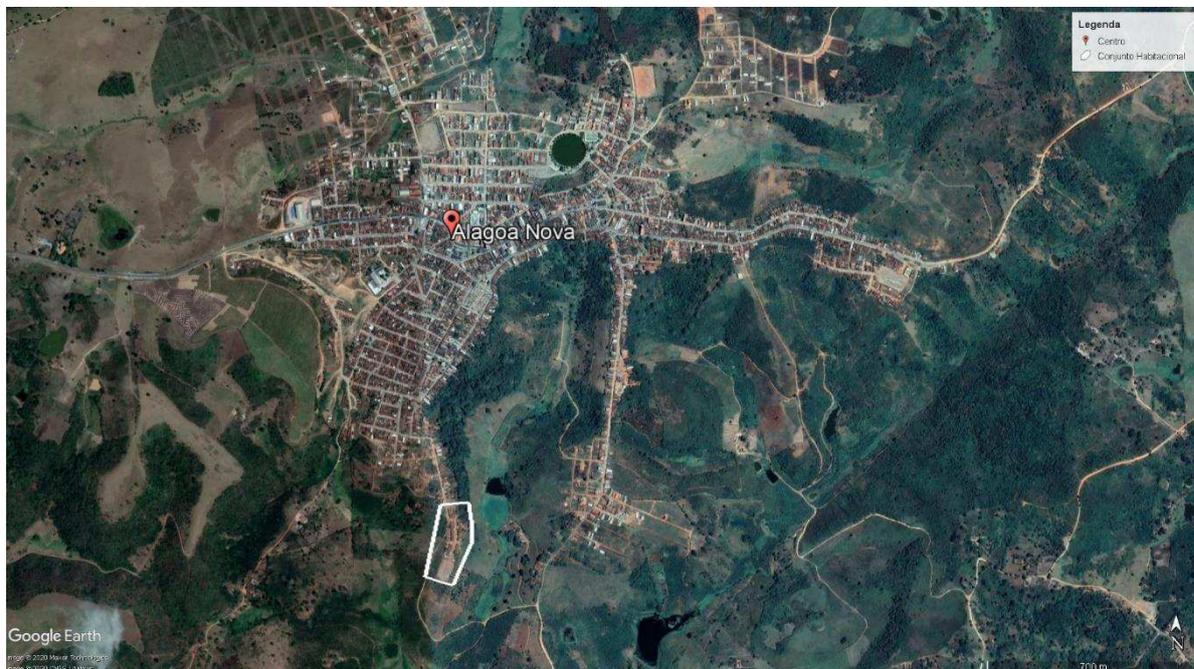
3.2 O Conjunto Habitacional Santa Ana e a sua situação sócioespacial atual

Construído no governo do então prefeito Kleber Herculano de Moraes no ano de 2012, o Conjunto Santa Ana gerou muitos problemas na cidade, devido ao fato de ter sido anunciado sua construção em um bairro onde o poder aquisitivo é maior, com isso os moradores não aceitaram este conjunto habitacional pela justificativa que este iria diminuir o valor imobiliário de seus respectivos imóveis, em função destas pressões, o Conjunto Santa Ana foi edificado no terreno que iria ser construído o cemitério da cidade.

O Conjunto Habitacional Santa Ana está localizado a leste, próximo a uma área, antes ocupada por mata nativa, mas que foi, após a criação deste conjunto, devastada. Na parte norte, faz divisa com o loteamento Alto do Céu e a oeste com uma estrada vicinal, e, a

sul com terras do proprietário Senhor Cláudio Gouveia Borba, como podemos observar na Figura 2. Essa área medindo um total de dois hectares passou a ser do domínio público do município de Alagoa Nova, após a aprovação do loteamento Alto do Céu.

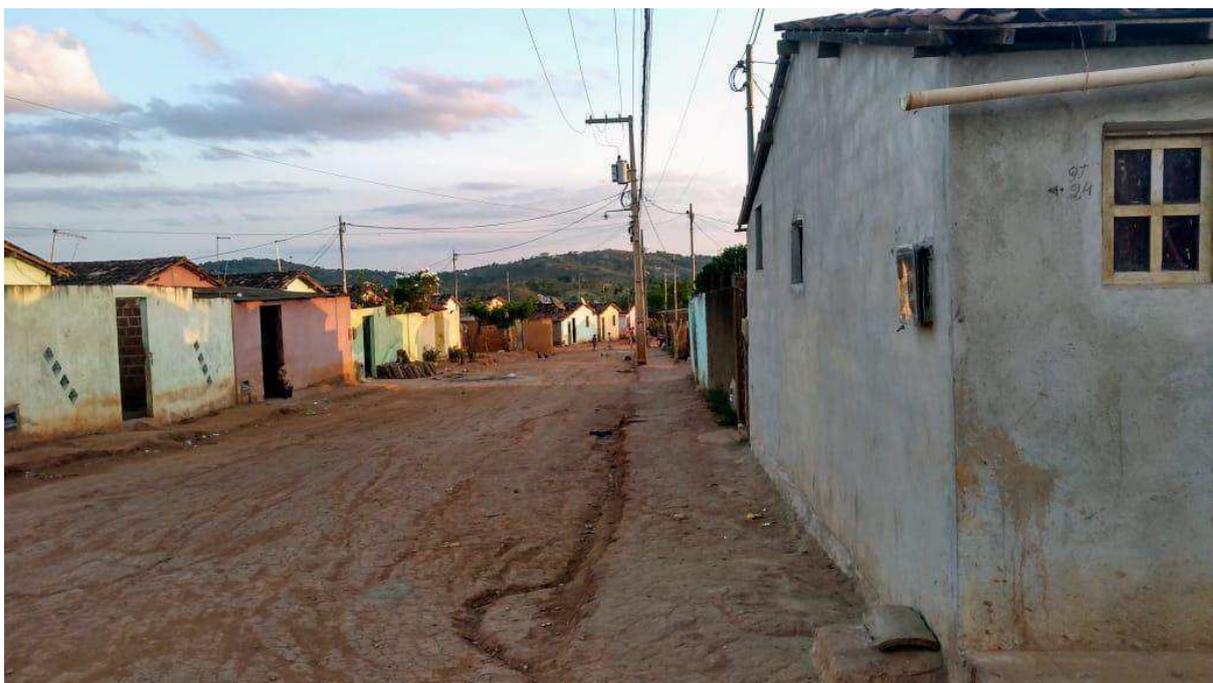
Figura 2: Localização do Conjunto Habitacional Santa Ana



Fonte: Google Earth, adaptada, 2020.

O referido conjunto habitacional foi entregue sem as mínimas condições básicas para o bem estar de sua população, como: calçamentos, rede de esgoto, rede de abastecimento de água, documentação (escrituração dos imóveis aos novos proprietários), escolas, postos de saúde, coleta seletiva de lixo doméstico, entre outros serviços e obras essenciais, serviços esses que já são presentes em outros bairros periféricos próximos. Tal situação desfavorável deixa a população desta localidade em grave vulnerabilidade social. O único resquício de urbanização encontrado foi energia elétrica, como podemos observar na Figura 3. No entanto, assim que foi entregue, os moradores tiveram que improvisar um meio ilegal de obtenção de energia elétrica, através de ligações clandestinas, os chamados “gatos”, pois não tinha fornecimento da empresa responsável, o que só veio acontecer um ano depois.

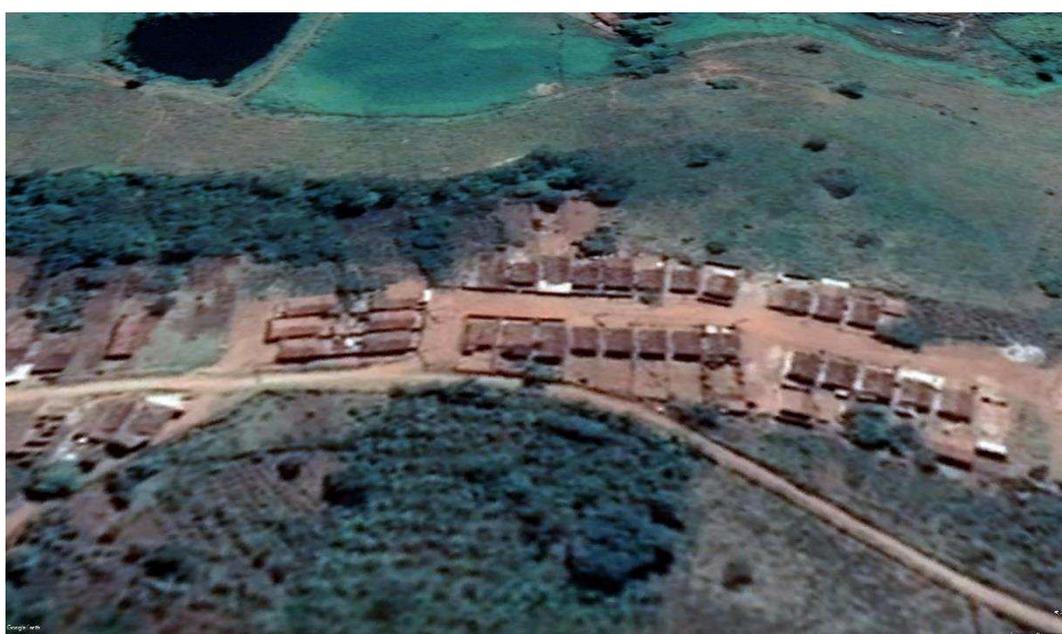
Figura 3: Conjunto Habitacional Santa Ana



Fonte: Nascimento, 2020

O Conjunto Habitacional Santa Ana está distribuído em três blocos, como podemos observar na figura 4, totalizando um total de trinta e quatro casas. Não foi disponibilizado, pela Prefeitura Municipal os dados relativos ao total de moradores, e quais foram os critérios de doações, convênios ou recursos para a construção do conjunto anteriormente citado.

Figura 4: Blocos do Conjunto



Fonte: Google Earth, adaptada, 2020.

Com sua inauguração em 2012, o Conjunto Santa Ana só veio ser contemplado com o abastecimento de água no ano de 2020, totalizando oito anos sem acesso a água encanada. O Conjunto não apresenta rede de esgoto e coleta de lixo diária, o que agrava outro problema que é a degradação ambiental, principalmente, de um pequeno trecho de uma mata nativa, localizada nas proximidades do mencionado conjunto habitacional, que se encontra em avançado processo de extinção.

Atualmente está em andamento a construção do calçamento que dá acesso ao Conjunto Habitacional Santa Ana. Obra essa muito almejada pelos moradores locais, devido ao fato do difícil acesso nos períodos de chuvas, como podemos observar na Figura 5. A obra teve início no dia 23 de setembro de 2019 e tinha data prevista para o término no dia 21 de março de 2020, mas até o momento da realização desta pesquisa não tinha sido concluída.

Figura 5: Principal via de acesso ao Conjunto Santa Ana



Fonte: Desconhecida



Fonte: NASCIMENTO,2020.

Foram realizadas entrevistas com os moradores do Conjunto para obter algumas informações sobre o perfil destes, como: as razões que o levaram a morar neste lugar, o tempo de residência e as condições das suas moradas. Foram entrevistados três moradores, a primeira A.P.P², que antes morava de aluguel e já fazem sete anos que mora no Conjunto; o segundo entrevistado, F.S.C, mora apenas com sua esposa e é autônomo; e a terceira entrevistada, P.S, foi uma das primeiras moradoras do Conjunto Santa Ana.

A entrevista foi feita com seis perguntas para cada entrevistado. Seguem as questões aplicadas:

(Gustavo): Há quanto tempo você mora no Conjunto Santa Ana?

(A.P.P): *Há mais ou menos 7 anos.*

(F.S.C): *Já vai fazer entorno de 8 anos, que eu resido aqui no Conjunto.*

² Foram utilizadas abreviações com as iniciais dos nomes dos entrevistados a fim de preservar a identidade dos mesmos.

(P.S): *Faz 9 anos que eu moro aqui.*

(Gustavo): *Você morava aonde antes?*

(A.P.P): *Na rua Vereador José Venâncio, em uma casa alugada.*

(F.S.C): *Antes a gente morava numa residência alugada, localizada no bairro conhecido como o bairro buraco da Gia.*

(P.S): *Eu morava lá no mutirão, em uma casa alugada.*

(Gustavo): *Por que veio morar aqui?*

(A.P.P): *Por que como painho ganhou a dele, e o quintal dava pra construir, então ele fez a minha.*

(F.S.C): *Nós viemos morar aqui no conjunto por conta que minha mãe ganhou a residência através do programa do conjunto habitacional parceria da prefeitura municipal e a Caixa, a gente ganhou a residência e viemos morar aqui.*

(P.S): *A gente já recebia o aluguel da Prefeitura, aí ficamos na frente pra receber essa do Conjunto, e eles falaram na Prefeitura, quando sair do aluguel vai direto pra casa de vocês.*

(Gustavo): *Qual a sua principal fonte de renda?*

(A.P.P): *O Bolsa família.*

(F.S.C): *Atualmente a principalmente fonte de renda da casa é da minha esposa, e eu trabalho como autônomo.*

(P.S): *Bolsa família.*

(Gustavo): *Quantas pessoas moram na casa?*

(A.P.P): *Moram 7 filhos eu e meu esposo.*

(P.S): *8 pessoas com meu sobrinho.*

(Gustavo): *O que acha deste Conjunto Habitacional?*

(A.P.P) *Eu gosto, é um lugar bom de se conviver, todo mundo respeita todo mundo. Agora tá melhorando por conta do calçamento por que no tempo de chuva pra sair daqui só Jesus, de pingo em pingo tá saindo.*

(F.S.C): *O conjunto falando do lado da infraestrutura é muito precário e a localização se torna um pouco acessível para os idosos que moram aqui na localidade, não tem infraestrutura é muito pouca, o conjunto tá começando a ganhar uma nova visão com a pavimentação da principal via de acesso.*

(P.S) *Eu acho bom o meu conjunto, minha casa tá inteirinha graças a Deus, amanhecer o dia tá de baixo dela, eu agradeço todo dia a Deus, eu sofri muito viu, todo dia quando chegava no fim do mês ter que pagar o aluguel.*

Através das entrevistas aplicadas aos moradores foi possível observar que, em sua maioria, mesmo com todas as dificuldades encontradas, seja na infraestrutura, na localização, a população entrevistada tem um sentimento de pertencimento ao lugar, estes entendem que a sua moradia constitui uma conquista importante.

Ao analisarmos as falas dos entrevistados, observamos que todos sobrevivem de casas alugadas, e de outros bairros periféricos próximos, o que foi determinante para ir morar no Conjunto, e, todos permanecerem até a conclusão dessa pesquisa. Outro fator determinante é o poder aquisitivo, pois todos apresentam características de baixa renda, tendo em vista que suas principais fontes de rendas é o Bolsa Família³. Constatamos também que muitos moradores do referido Conjunto participaram de programas sociais municipais, como o aluguel social, onde a Prefeitura Municipal de Alagoa Nova paga o aluguel para famílias que não possuem casa própria e/ou estão em situação de risco social. Essas populações assistidas neste programa tiveram preferência no momento de entrega das casas do Conjunto Habitacional Santa Ana.

A maioria das casas continua com a mesma estrutura de quando foram entregues, com apenas cinco cômodos: sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Sem grandes reformas, apenas alguns reparos pontuais, como pintura e construção de muros e fachadas. Contudo,

³ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal, sob condicionaisidades, instituído no Governo Lula pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em lei em 9 de janeiro de 2004.

nas casas dos entrevistados moram em média seis pessoas, tornando-as pequenas em comparação com o dimensionamento de área construída das casas.

Apesar das dificuldades, os moradores têm esperança em melhorias para o seu lugar, como vias calçadas, serviços básicos de saúde, saneamentos sanitários, segurança, etc. Estes são conscientes destas necessidades essenciais. Entendemos que o Conjunto necessita de ações eficazes do poder público local, que é muito ausente naquela região.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi estudar a problemática das condições habitacionais, principalmente no que se refere às condições básicas para o desenvolvimento socioeconômico da população, algo que ocorre, sobretudo, nos grandes centros urbanos, e hoje também é visto em cidades de pequeno e médio porte, como é o caso da cidade de Alagoa Nova.

O problema habitacional está presente em diferentes realidades urbanas. No caso do Conjunto Habitacional Santa Ana, que foi o objeto estudado, apresenta uma situação de grande complexidade, e que envolve vários fatores, como: infraestrutura, localização, serviços, planejamento excludente, etc. O Conjunto enfrenta algumas dificuldades, em relação às condições essenciais e/ou básicas, como: educação, segurança, comércio, saúde, saneamento básico, etc., que se apresenta como realidade dos moradores locais.

Na realização da pesquisa de campo, com base nas respostas obtidas das entrevistas aplicadas aos moradores do mencionado Conjunto Habitacional, ficou perceptível a segregação induzida, onde os pobres, por não terem um poder aquisitivo atrativo, são influenciados a residirem em locais periféricos e distantes de serviços essenciais, não por escolha própria, e sim por pressões sociais, econômicas e políticas. Neste caso, esta população é prejudicada não “apenas” pela falta de infraestrutura, mas também pela sua precarização socioeconômica.

Evidenciamos que a política pública, aplicada na população menos assistida do município de Alagoa Nova, especificamente a população residente no lugar da pesquisa, não atende as condições básicas para o desenvolvimento social, como: os requisitos fundamentais de uma moradia digna e humana. Tendo em vista, que não basta apenas a entrega das casas, mas todas as condições mínimas garantidas por lei, que garantem o bem

estar da população. Contudo, ainda é realidade a ausência de vários serviços necessários à sobrevivência humana daquela população.

O Conjunto Habitacional Santa Ana, tem a carência do olhar do poder público de forma mais efetiva, no que se refere à busca da solução dos problemas que envolvem essa localidade. É importante que a atuação política não se restrinja apenas em épocas eleitorais, como é característica de muitos governos municipais, que passaram, mas que não procuram ao menos amenizar os problemas enfrentados pela população que ali se encontra.

Dentre muitas ações que podem ser implantadas para populações periféricas, é importante ainda incentivar atividades econômicas, como o comércio local, enquanto forma de geração empregos e rendas para os moradores do Conjunto, sem a necessidade de se deslocarem para outros bairros ou cidades. Seria essencial ainda o governo municipal atentar-se, sobretudo, para os serviços, como: a instalação de um posto policial, o que iria oferecer mais segurança para o desenvolvimento das atividades diárias dos moradores; posto de saúde, assim os moradores não precisariam se deslocar para outros bairros em busca de atendimento médico; escola, tendo em vista o grande número de crianças no lugar; pavimentação, não apenas da via de acesso, e sim de todo o conjunto; arborização e reflorestamento da área desmatada próxima da comunidade; providências necessárias no que se refere ao destino do esgoto sanitário das residências, um serviço de extrema importância para a saúde pública e o bem estar da população.

5. REFERÊNCIAS

SANTOS, Luiz Carlos dos. (org.) **História de Alagoa Nova- PB: A esmeralda dos Bultrins** \ Luiz Carlos dos Santos (org.) – Campina Grande: Erik Brito Editora, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de, 1963- **ABC do desenvolvimento urbano** \ Marcelo Lopes de Souza – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

SILVA, Caio Cezar Gabriel, **Segregação Socioespacial, direito a cidade e produção dos medos urbanos: uma questão de direitos humanos?**, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade** / Ana Fani Alessandri Carlos. 9. Ed., São Paulo: Contexto, 2019. (Repensando a Geografia).

BRAGA, R. Carvalho, P. F. **Cidade: Espaço de cidadania**. In: (Orgs.) GIOMETTI, A. B.R e BRAGA, R. **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Ensino de Geografia**. São Paulo: UNESP-PROPP, 2004.

NEGRI, S. M. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises**. Coletâneas do nosso tempo, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais Decreto legislativo nº 90/2015 – Brasília: Câmara dos Deputados.

DA SILVA, M. et al. **SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: OS IMPACTOS DAS DESIGUALDADES SOCIAIS FRENTE A FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**, Revista Monografias Ambientais - REMOA v. 15, n.1, jan-abr. 2016, p.256-263 Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria, RS.

MARES, Rizia Mendes: **A PERIFERIA POBRE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA**. 2013.

SILVA, Luanna Jeanny de Moraes. **HABITAÇÃO E CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE AROEIRAS – PB: O CASO DO CONJUNTO HENRIQUE CAVALCANTE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL, **História de Alagoa Nova**. Disponível em: <https://alagoanova.pb.gov.br/historia/> Acesso em 25/09/2020.

NASCIMENTO, Gustavo Felix do. BRITO, Ysabel Dantas. **FORMAÇÃO DOS SOLOS EM ALAGOA NOVA-PB: O CASO DA EMPRESA DE HORTALIÇAS SEMPRE VERDE**. 2019.

SILVA, Yasmin Jardimino da. **CRESCIMENTO URBANO E TRANSFORMAÇÕES SÓCIOESPACIAIS: Estudo de Caso do Bairro Olho D'Água do Bujari, Município de Alagoa Nova-PB**. Artigo (Graduação). Curso de Licenciatura Plena em Geografia. CH/UFCG, Campina Grande – PB, 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA, Folha de pessoal. Disponível em: https://sagres.tce.pb.gov.br/pessoal02.php?cd_ugestora=201004&dt_mes=01&de_mes=Janeiro&dt_ano=2020/ Acesso em 30/09/2020.